

AS CONFERÊNCIAS EXTRAORDINÁRIAS DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA OS NOVOS PLANOS

Vitalina Silva
vitalinakoques@gmail.com
Luzinete Barbosa Lyrio
luzinetelyrio@gmail.com

O motivo deste trabalho, é relatar o movimento para o acontecimento singular no que corresponde às Conferências Extraordinárias, realizadas no ano de 2023 no Estado da Bahia. Estas Conferência tiveram como intencionalidade avaliar os planos nacional, estadual e municipal, bem como fazer o redimensionamento das metas que serão estabelecidas para os próximos dez anos.

Trazemos a baila o Decreto nº 11.697, de 11 de setembro de 2023, que trata em caráter extraordinário da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que apresenta em seu Art. 3º os objetivos específicos:

- I - avaliar a execução do PNE vigente;
- II - subsidiar a elaboração do PNE, decênio 2024-2034;
- III- contribuir com a identificação dos problemas e das necessidades educacionais; e
- IV - produzir referências para orientar a formulação e a implementação dos planos de educação estaduais, distrital e municipais, articulados ao PNE, decênio 2024-2034, com vistas ao fortalecimento da cooperação federativa em educação e do regime de colaboração entre os sistemas. (Brasil, 2023, n.p.).

Destacamos que o período foi muito estreito quando surgiu o indicativo para a realização da Conferência Extraordinária, conforme divulgado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) e apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- Datas e atividades Rumo à Conae

DATAS	ATIVIDADES
Até 31 de julho	Divulgação do Regimento Geral e Orientações para a organização das Etapas Estadual e Municipal
Até 11 de agosto	Convocação Oficial e Lançamento
Até 15 de outubro	Divulgação do Documento Referência
Até 29 de outubro de 2023	Etapa Municipal
Até 19 de novembro de 2023	Etapa Estadual
28 a 31 de janeiro de 2024	Etapa Nacional

Fonte: FNE, (2023).

Em tempo, sublinhamos que o FNE é considerado um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro; uma reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da CONAE.

A Coordenação do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE/BA), não poupou esforços para mobilização e efetivação das Conferências, utilizando principalmente o recurso da tecnologia com diversas lives, que no contexto digital significa transmissão ao vivo, no sentido de delinear minuciosamente os encaminhamentos para o desenvolvimento do trabalho nos respectivos municípios baianos. Haja vista que, diante do contexto que vivemos, reiteramos que é de suma importância o município realizar a Conferência, pois ela é indispensável para fortalecer a participação democrática dos munícipes, bem como ser propositiva de políticas garantidoras de direitos, sobretudo os educacionais.

Evidenciamos, que as lives foram fundamentais para a dinâmica do processo e favoreceu a participação dos representantes dos Fóruns Municipais de Educação (FME); Secretários de Educação dos Municípios, Coordenadores e Equipes Técnicas do Plano Municipal de Educação e, também com as diversas representações das Comissões do FEE/BA. Para a expansão do atendimento, essa coordenação criou um grupo no *WhatsApp* adicionando sujeitos de diversas instituições, entre elas: Universidades federal e estaduais; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia (UNCME/BA); Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA). Ademais, houve uma demarcação contundente por meio de lives com especialistas de diversas instituições brasileiras, que trouxeram discussões valiosas sobre os 7 (sete) eixos, concernentes ao Documento Referência da CONAE 2024.

Diante do exposto, revelamos o cenário da mobilização realizada no estado da Bahia: a) foram realizadas 2 (duas) audiências públicas e 1 (uma) atividade solene para o lançamento da Conferência. Também foram realizadas 2 (duas) Conferências livres cobrindo todos os eixos; b) do total de 417 municípios existentes no estado, foram realizadas 364 Conferências Municipais e 4 (quatro) Territoriais, com aproximadamente 140.000 participantes; c) Conferência Estadual ocorreu em duas etapas: primeira etapa - *On-line* com 2.700 participantes e 17.000 visualizações. Segunda etapa - realizada presencialmente entre 4 e 5 de dezembro – com 1.500 participantes, sendo 1.185 delegados eleitos nas Conferências anteriores, observadores e convidados.

Demarcamos também, que foram desenvolvidas outras atividades na Conferência Estadual, a saber: a) encontro de 234 coordenadores de FME, ação realizado no dia anterior e no dia posterior à Conferência; b) realização da Conferência das crianças, que escreveram cartas solicitando medidas para melhorar os trabalhos pedagógicos nas escolas. Salientamos que 3 (três) delas apresentaram suas sugestões no

plenário de abertura, com grande repercussão entre os participantes; c) exposição permanente de material ilustrativo das mobilizações dos municípios. Durante toda a Conferência, em uma sala de projeção foram exibidos permanentemente vídeos e fotos das Conferências Municipais e depoimentos de crianças de vários territórios, colocando sugestões sobre como melhorar a educação.

Assim, notamos um acúmulo de reflexões e indicações para apresentar e defender na Conferência Nacional, contribuindo substancialmente para a elaboração do Plano Nacional e dos planos subnacionais. Ressaltamos que os trabalhos de mobilização não pararam, pois a coordenação do FEEBA continuou organizado lives com os delegados eleitos, fazendo reflexão sobre as políticas prioritárias e em consonância com a legislação educacional, especialmente no que diz respeito a gestão democrática dentre outros temas. Fortalecer a luta por uma educação pública, laica, de qualidade socialmente referenciada para todos os brasileiros, essa é a perspectiva e os desafios para os novos planos nos próximos dez anos. Assim, fazer reverberar no Brasil as vozes em torno de um compromisso político, que atenda aos anseios dos educadores e das famílias, em torno do direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Frisamos que a Democracia no Brasil encontrava-se ameaçada desde de 2016 com a destituição da Presidente Dilma Rousseff. Em seguida, no período de 2019 a 2022 com a gestão pública de Bolsanaro, foram extintos canais de participação social, reduzidos ou eliminados fóruns e conselhos, até então previstos em uma política nacional de participação social. Assim, enfatizamos a importância da realização da Conferência Extraordinária, pois a partir da atual gestão do governo Lula, retoma a ampla mobilização e participação de todos os entes nas discussões para a elaboração de novos planos decenais. A mobilização e participação voltam a ser elementos importantes para a definição das políticas educacionais e para a consolidação do novo contexto social e político brasileiro. Conforme Toro A. e Werneck (1997, p.03) a Democracia,

não é um partido político, não é uma ciência, nem uma religião; a Democracia é uma forma de ver o mundo, é uma cosmovisão, que parte do suposto de que fazer possíveis e cotidianos os Direitos Humanos é o que justifica todas as atividades de uma sociedade (políticas, econômicas, culturais, financeiras, educativas, familiares, etc.).

Já a mobilização social para Toro A. e Werneck (1997) é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo

político. Ainda estes autores assinalam que a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. As conferências Extraordinárias demonstraram os esforços coletivos e esperançosos para uma nova política educacional.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 11.697, de 11 de setembro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11697.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.697%2C%20DE%2011,cidade%20de%20Bras%C3%ADlia%2C%20Distrito%20Federal. Acesso em : 20 dez. 2023.

BRASIL. Documento Referência.Conae 2024. **Plano Nacional de Educação 2024-2034**: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável . Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TORO A, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação . Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/10163/1/Mobilizacao%20Social%201997.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

